

Caracterização dos Servidores Públicos no Brasil em Comparação com Outros Países¹

**Brasília-DF, Brasil
Abril, 2005**

¹ Este texto faz parte da produção do Observatório de Recursos Humanos em Saúde (NESP/CEAM/UnB), que conta com patrocínio do programa de cooperação OPAS/Ministério da Saúde. Pode ser encontrado na categoria *Gestão* da seção *Projetos e Estudos* do site web: <http://www.observarh.org.br/nesp>. Contribuições e sugestões podem ser enviadas para o endereço eletrônico: observarh.unb@observarh.org.br.

1. Evolução da Oferta de Servidores Ativos nas Décadas de 1990 e 2000

Para efeito das estatísticas da administração pública, os servidores são divididos em três tipos: ativos, aposentados e instituintes de pensão (ou pensionistas). A oferta anual de servidores ativos depende de três fatores: do número de novos admitidos ao serviço público, do número dos que se aposentam por qualquer tipo de causa e do número dos que vêm a falecer, instituindo pensão a seus dependentes. De um modo geral, a probabilidade de aposentadoria e de morte aumenta com a idade do indivíduo, de tal modo que quanto mais idosa é uma população de servidores maior é o contingente de aposentados e de instituintes de pensão. Mas com a entrada de novos servidores, pode ocorrer um relativo “rejuvenescimento” da força de trabalho, dado que os novos admitidos tendem a ter uma idade menor do que a média da população de servidores. Numa dada população de trabalhadores a taxa dos que se aposentam e falecem é chamada taxa de atrição.

O número de servidores civis ativos do Poder Executivo Federal no Brasil sofreu uma redução importante durante toda a década de 1990 e início de 2000. Em 1991, estavam em atividade cerca de 660 mil servidores e, em 2002, este contingente havia diminuído para cerca de 530 mil, com uma redução em torno a 20%. Um decréscimo mais ou menos acentuado do número de servidores ativos ao longo da década de 1990 se deu praticamente em todos os países do mundo, com poucas exceções, acompanhando os processos universalmente difundidos de reforma política liberalizante e da modernização técnico-administrativa do aparato de Estado nesta década. As políticas de então falavam da necessidade de diminuir o tamanho do Estado, inclusive no que se refere a sua força de trabalho, que supostamente custava muito e fazia pouco.

Tomando o exemplo dos países da OCDE, a tabela 1 mostra que Canadá, Alemanha e Espanha sofreram uma redução de mais de 10% dos seus servidores no Governo Central, sendo particularmente notável o caso da Alemanha, onde o percentual de queda da oferta de servidores alcançou mais de 40% entre 1990 e 2000.

Tabela 1 - Países Selecionados da OCDE, 1990-2000: Força de Trabalho do Governo Central/Federal

País	1990	1997	1998	1999	2000	1990-2000
Canadá	406.366	337.713	330.981	330.003	336.603	-17,2
Alemanha	873.000	526.400	516.000	510.200	501.700	-42,5
Irlanda	169.210	192.493	195.569	199.463	207.926	22,9
Coréia	553.746	578.557	572.948	565.619	563.682	1,8
N. Zelândia	189.200	189.560	190.660	190.350	186.610	-1,4
Espanha	893.492	838.694	829.875	830.557	770.956	-13,7
E. Unidos	3.008.323	2.810.489	2.782.888	2.785.268	2.777.000	-7,7

Fonte: OCDE

No Governo Federal Brasileiro, os chamados planos de demissão voluntária, que apresentavam incentivos especiais para solicitação de demissão por parte dos servidores, foi aplicado sistematicamente ao longo da década de 1990, mas seu impacto sobre o estoque de servidores ativos foi mais reduzido do que o dos pedidos de aposentadoria. Um fator que influenciou, adicionalmente, esta tendência foi o processo de reforma da previdência do setor público, cujas medidas de contenção de despesas atuou como um estímulo para o aumento do número de aposentadorias requeridas anualmente pelos servidores, com a expectativa de que não fossem afetados pelas novas regras. Outro fator decisivo foi a diminuição do número de novos servidores admitidos a cada ano por concurso.

A tabela 2 mostra que os anos em torno aos anos 1995 e 2003, portanto, no governo FHC e 2003, no governo Lula, registraram-se dois picos de pedidos de aposentadoria. Estes anos coincidem com a tramitação de projetos de reforma previdenciária no Congresso Nacional. Por outro lado, o número de servidores admitidos por concurso público à administração federal cai aceleradamente entre 1995 e 2002; mas volta a crescer em 2003 e 2004, embora ainda sem alcançar o patamar registrado em 1995.

Tabela 2 – Brasil, Governo Federal, 1995-2004: Evolução do Número Anual de Aposentadorias e Admissões de Servidores

Ano	Aposentadorias	Admissões
1995	34.253	19.675
1996	27.546	9.927
1997	24.659	9.055
1998	19.755	7.815
1999	8.783	2.927
2000	5.951	1.524
2001	6.222	660
2002	7.465	30
2003	17.453	7.220
2004	6.486	16.122
Total 1995-2004	158.573	74.955

Fonte: Ministério do Planejamento, Boletim Estatístico de Pessoal, N. 105, Janeiro, 2005

Esses dados deixam claro quais foram os fatores que determinaram a tendência declinante da oferta de servidores ativos na administração federal, sobretudo no período 1996-2002, devido à diminuição drástica do número de admitidos por concurso público e ao aumento dos que optaram pela aposentadoria. A expectativa atual dos analistas da gestão pública é que o governo Lula definitivamente marque uma retomada do processo de suprimento de novos servidores a fim de recompor os quadros da administração federal e suas necessidades no exercício das funções públicas.

No entanto, é preciso entender que a tendência declinante da oferta de servidores afetou de forma diferente os três poderes da República. A tabela 3, apresentada a seguir mostra que estes três segmentos de servidores públicos foram atingidos de forma distinta por esta tendência da passada década. O indicador de crescimento da oferta de servidores públicos diferencia os anos do governo FHC (1996-2002) e os anos do governo Lula (2002-2004).

Tabela 3 - Governo Federal, Dezembro 2004: Servidores Civis Ativos

	Oferta Anual					Crescimento %	
	1996	1998	2000	2002	2004	1996-2002	2002-2004
Executivo*	606.952	564.320	536.321	530.552	538.077	-12,6	1,4
Legislativo	17.623	18.787	19.458	20.501	23.369	16,3	14,0
Judiciário	69.646	76.207	80.932	81.716	83.117	17,3	1,7
Total S. Civis	808.492	765.029	751.624	751.204	761.102	-7,1	1,3

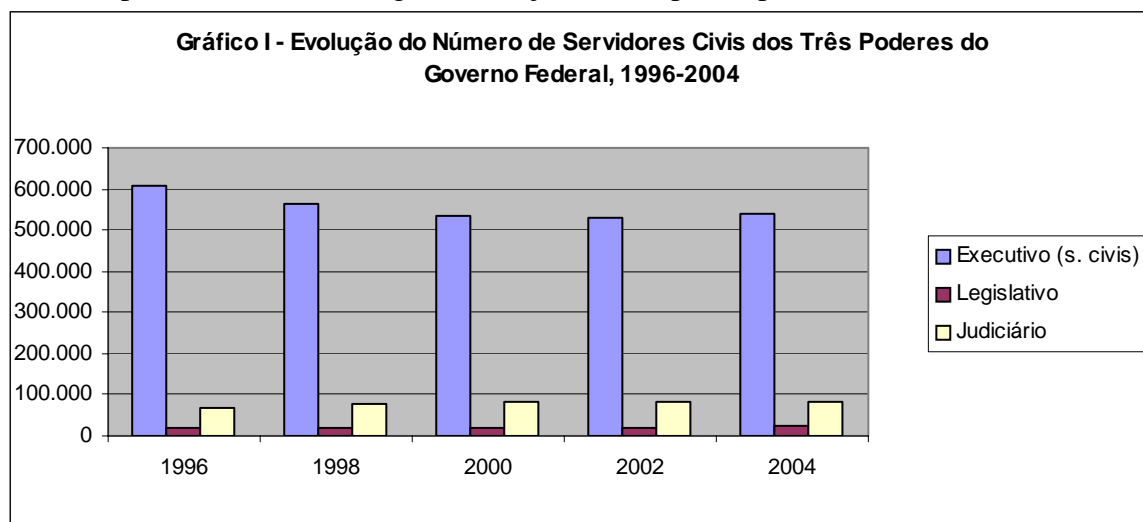
Fonte: Ministério do Planejamento, Boletim Estatístico de Pessoal, N. 105, Janeiro, 2005

*Inclui administração direta, autarquias, fundações, Banco Central, Ministério Público, empresas públicas e sociedades de economia mista; exclui militares e transferências de servidores entre governos

Vê-se que para o conjunto dos servidores civis da administração pública federal, o decréscimo total da força de trabalho, ocorrido entre 1991 e 2002, em comparação com alguns dos países mencionados anteriormente, é relativamente pequeno, da ordem de 7%. É apenas o setor administrativo do Poder Executivo que chegou de fato a ser seriamente afetado pela tendência declinante da oferta de servidores públicos, registrando um decréscimo de 12,6%, entre 1996 e

2002. Em contrapartida, o Poder Legislativo e o Judiciário foram acrescidos em 16,3 e 17,3%, respectivamente. No governo Lula, entre 2002 e 2004, ocorreu um acréscimo muito significativo no Poder Legislativo (14%) e bem menor no Legislativo (1,7%). E, pela primeira vez, desde 1996, o número de servidores civis do Poder Executivo se elevou, embora em proporção ainda muito reduzida (1,4%).

O gráfico I compara a evolução do número de servidores federais, distinguidos nos componentes civis dos poderes executivo, legislativo e judiciário, para o período 1996-2004.



O quadro evolutivo da oferta de servidores públicos no Brasil é bem diferente quando se toma para análise o conjunto do setor público, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. O total do setor público, segundo dados da RAIS, absorvia em 1991 cerca de 3 milhões de trabalhadores. Em 1999, este número havia crescido para 5,7 milhões e, em 2003, alcançava 7,3 milhões. Portanto, o conjunto do setor público sofreu um acréscimo muito acentuado no seu estoque ativo de servidores em toda a década de 1990.

A tabela 4 apresenta tais dados para alguns países da América Latina à guisa de comparação com a situação brasileira. Entre 1991 e 1999, o número de servidores públicos no Brasil nas três esferas da Federação aumentou em mais de 90%. Tal ordem de aumento só se compara com o da Colômbia, que registrou 117,3%. Por outro lado, a Costa Rica teve um crescimento de apenas 6,7%, enquanto Argentina e Chile experimentaram uma diminuição no número absoluto de servidores em mais de 10%.

Tabela 4 - Países Selecionados da América Latina, 1991-1999: Força de Trabalho do Conjunto do Setor Público

País	1991	1995	1999	1991-1999
Brasil	2.946.752	5.569.914	5.708.637	93,7
Argentina	1.935.702	1.696.602	1.738.963	-10,2
Chile	198.662	235.280	171.660	-13,6
Colômbia	352.839	691.645	766.562	117,3
Costa Rica	140.816	144.528	150.220	6,7

Fonte: CLAD

Um estudo elaborado pelo Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, CLAD, afirma a este respeito:

Las reformas de los años noventa en la Argentina, iniciadas en respuesta a la crisis hiperinflacionaria de 1989 con las leyes de Reforma del Estado y de Emergencia económica, redujeron fuertemente el tamaño y la actividad del Estado. En la medida que esta crisis involucró todos los niveles del Estado, las decisiones que se adoptaron en el orden federal tuvieron reflejo también en las provincias, las cuales habían sido invitadas por el gobierno nacional a adherir a las medidas de emergencia, replicándolas según correspondiera en el orden local.

El empleo público a nivel federal se redujo en gran medida al compás de la privatización de empresas y la concesión de servicios públicos, y también por los retiros de personal mediante su despido, la opción a un retiro voluntario o el anticipo de la jubilación. Finalmente, incidió la transferencia de servicios del gobierno nacional hacia las provincias, siendo la educación y la salud los de mayor impacto.²

No caso brasileiro, esforço de ajuste do aparato de Estado na década de 1990, a despeito da retórica reformista, não chegou a tomar proporções tão drásticas. As conclusões que se impõem a partir dos dados apresentados e que merecem ser repisadas são as seguintes:

1. A tendência a decréscimo da oferta de servidores civis na década de 1990 e início de 2000 esteve limitada à esfera federal e teve proporções relativamente reduzidas em comparação com outros países;
2. Na esfera federal, afetou seriamente apenas o Poder Executivo; com os dois primeiros anos do Governo Lula, aparentemente está em curso um processo de reversão desta tendência no que se refere ao Poder Executivo;
3. A oferta de servidores ativos no conjunto das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) é fortemente crescente ao longo de todo o período 1991 e 1999, mantendo-se ainda em anos recentes.

2. Número de Servidores nas Três Esferas de Governo da Federação e Natureza do Vínculo

Segundo dados da RAIS, o Brasil contava em 2003 com aproximadamente 7,9 milhões de servidores públicos civis em situação regular de vínculo de trabalho, nas três esferas de Governo. Esta cifra dá origem a uma relação de 44,2 servidores para cada mil brasileiros.

Conforme mostra a Tabela 5, a maior proporção desse contingente encontrava-se na esfera municipal (50,2%), seguida da estadual (40,4%) e da federal (9,4%). Esta distribuição reflete o grau relativamente avançado de desenvolvimento já alcançado pela organização federativa do Estado Brasileiro e por seu processo de descentralização, graças ao qual a maior fração dos

² CLAD, Venezuela, 2002, *Análisis comparado de las relaciones laborales en la administración pública latinoamericana*, Argentina, estudio elaborado por José Alberto Bonifacio y Graciela Falivene.

servidores públicos encontra-se sob a alçada da administração municipal e da estadual. Isto porque, segundo os princípios do federalismo e da descentralização administrativa, é justificável que se concentrem nessas duas esferas as ações e serviços realizados em benefício direto dos cidadãos, em áreas tais como educação, assistência social e saúde.

Tabela 5 – Brasil, 2003: Número de Servidores Públicos Civis por Esfera de Governo, segundo Tipo de Vínculo

TIPO DE VÍNCULO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
CLT (Prazo Indeterminado)	20.007	162.144	432.357	614.508
Regime Jurídico Único (Estatutário)	688.325	2.271.912	2.708.490	5.668.727
Outros Vínculos	36.666	763.844	834.848	1.635.358
Total	744.998	3.197.900	3.975.695	7.918.593
Percentual	9,4	40,4	50,2	100,0

Fonte: RAIS/2003

Em todas as esferas de governo, os servidores estatutários constituem a maioria (Tabela 6). Na administração federal, mais de 90% dos vínculos existentes são de servidores estatutários. No âmbito municipal 11% dos vínculos são celetistas. Nas esferas municipal e estadual, há, de um modo geral, uma maior diversificação, através de outros tipos de vínculo.

Tabela 6 – Brasil, 2003: Percentual de Servidores Públicos Civis por Esfera de Governo, segundo Tipo de Vínculo

TIPO DE VÍNCULO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
CLT (Prazo Indeterminado)	2,7	5,1	10,9	7,8
Regime Jurídico Único (Estatutário)	92,4	71,0	68,1	71,6
Outros Vínculos	4,9	23,9	21,0	20,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/2003

Seria de se esperar que em áreas onde se detecta um forte impulso descentralizante, como é o caso do Sistema Único de Saúde – SUS, a proporção de servidores seja ainda maior do que para o aparelho de Estado como um todo. Um bom indicador a este respeito é a distribuição dos empregos de médicos por esfera de governo. No entanto, a tabela 7 evidencia que embora 52,2% dos empregos de médicos reportados pela RAIS encontrem-se na esfera municipal, a esfera federal ainda concentra uma proporção relativamente grande de empregos médicos (14,2%). Este resultado, no entanto, é influenciado pelo número considerável de médicos empregados em outras áreas que não a de serviços de saúde, por exemplo, no setor de educação superior.

Tabela 7 – Brasil, 2003: Número e Percentual de Médicos por Esfera de Governo

Esfera	Médico	%
Federal	24.272	14,2
Estadual	56.691	33,1
Municipal	90.422	52,8
Total	171.385	100,0

Fonte: RAIS/2003

É importante que se compare o Brasil com alguns outros países da América Latina e da Europa Ibérica no que se refere à relação entre número de servidores públicos e população (Tabela 8). Em 2003, a taxa brasileira alcançava 42,4 servidores por 1.000 habitantes. A conclusão é que temos uma taxa relativamente baixa, notavelmente menor que a encontrada no México, Espanha e Portugal, e similar à da Argentina. Portanto, o diagnóstico de que temos um número excessivo de servidores, tão repetido na década de 1990, não corresponde aos fatos. Ao contrário, parece que quanto mais avançado o País, em termos de desenvolvimento econômico-social, maior é esta taxa. Assim, embora o número absoluto de cerca de 8 milhões de servidores, em todos os níveis

de governo, dê inicialmente a impressão de ser muito elevado, quando expresso como taxa populacional, mostra-se relativamente reduzido.

Convém lembrar, no entanto, que esse número refere-se unicamente aos servidores em situação regular de vínculo e que existe uma parte da força de trabalho do setor público que tem vínculo irregular ou “precário” e que não aparece nas estatísticas oficiais tais como as da RAIS.

**Tabela 8 – Brasil comparado com outros Países, anos diversos:
Taxa de Servidores por 1.000 Habitantes**

País	Servidores	População	Taxa por 1.000 hab.
Brasil (2003)	7.918.593	178.985.306	44,2
Argentina (1999)	1.738.963	36.578.358	47,5
Costa Rica (2002)	168.564	4.089.609	41,2
México (1996)	4.422.206	81.249.645	54,4
Portugal (1999)	716.418	10.170.500	70,4
Espanha (2000)	2.243.344	40.171.000	55,8

Fonte: CLAD

3. Principais Categorias de Trabalhadores da Administração Pública Brasileira

Nesta seção, tratamos das mais importantes categorias de trabalhadores absorvidas no setor público brasileiro, nas três esferas da Federação. Procuramos saber a posição relativa das categorias que são típicas da saúde e das que não o são, ou seja, daquelas que exercem funções gerais administrativas e técnicas, ou que são típicas de outros setores, tais como os professores.

Na tabela 8, foram classificadas em ordem decrescente 10 categorias de trabalhadores que em conjunto abrangem 58,1% do total de trabalhadores empregados no setor. Em primeiro lugar, aparece o grupo de escriturários, agentes, assistentes e auxiliares administrativos, que soma 1,4 milhão de trabalhadores e representa nada menos que 18% do total do setor. Em segundo e terceiro lugar, vêm os professores de nível médio e os professores de nível superior do ensino fundamental.

Nesta listagem, situa-se em sétimo lugar o grupo de auxiliares e técnicos de enfermagem, que absorve 2,8% dos empregos e, em oitavo lugar, os médicos, que absorvem 2,2% dos empregos. Portanto, esses dois grupos de categorias típicas da saúde despontam entre as 10 principais categorias que mais contribuem para a composição do emprego no setor público. Deve ser observado que estes números referem-se a todas as funções exercidas por categorias da saúde no setor público em seu todo e não apenas os empregos dos estabelecimentos de saúde.

Tabela 8 - Brasil, 2003: Número e Percentual das Principais Categorias de Trabalhadores do Setor Público

CATEGORIA	NÚMERO	%
1.Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	1.425.004	18,0
2.Professores de nível médio no ensino fundamental	662.981	8,4
3.Professores de nível superior do ensino fundamental	616.568	7,8
4.Dirigentes do serviço público	465.749	5,9
5. Trab. nos serviços de manutenção e conservação de edifícios etc.	457.606	5,8
6. Professores do ensino médio	279.033	3,5
7.Técnicos e auxiliares de enfermagem	223.458	2,8
8.Médicos	171.385	2,2
9.Mantenedores de edificações	153.990	1,9
10.Supervisores administrativos	145.721	1,8
Total 10 Primeiras Categorias	4.601.495	58,1
Total Geral	7.918.593	100,0

Fonte: RAIS/2003

O número de emprego para o conjunto das categorias peculiares à saúde é apresentado na tabela 9 e na tabela 10, segundo duas fontes distintas: a RAIS e a AMS. Como se sabe a AMS abrange especificamente a estatística dos empregos em estabelecimentos de saúde enquanto a RAIS, como dito, refere-se a todos os tipos de estabelecimentos. Em princípio, a AMS deveria abranger um número menor de empregos, já que seus dados constituem uma parte do emprego público total. No entanto, para diversas categorias os números divulgados pela AMS ultrapassam os da RAIS. Estas discrepâncias numéricas entre as duas fontes podem ser atribuídas a diversos motivos, inclusive ao fato de que alguns empregos contabilizados na AMS não são ocupados por servidores públicos efetivos, mas, têm outro tipo de vínculo e, portanto, não são contabilizados na RAIS.

Tabela 9- Brasil, 2003: Principais Categorias de Saúde do Setor Público (RAIS)

Categorias	Número
Técnicos e auxiliares de enfermagem	223.458
Médicos	171.385
Agentes comunitários de saúde e afins	108.993
Agentes da saúde e do meio ambiente	94.306
Enfermeiros	48.527
Cirurgiões Dentistas	36.672
Técnicos de odontologia	11.168
Farmacêuticos	10.866
Profissionais da fisioterapia, fonoaudiologia e afins	10.628
Auxiliares de laboratório da saúde	9.733
Técnicos em equipamentos médicos e odontológicos	8.113
Técnicos e auxiliares técnicos em patologia clínica	8.099
Nutricionistas	5.617
Veterinários e zootecnistas	5.038

Fonte: RAIS/2003

Tabela 10 - Brasil, 2002: Principais Categorias de Saúde do Setor Público (AMS)

Categoria	Número
Auxiliar de enfermagem	216.924
Médico	209.926
Agente comunitário de saúde	139.207
Enfermeiro	57.864
Odontólogo	42.494
Atend de enfermagem/aux operador servs divs assem	41.734
Técnico de enfermagem	34.822
Técnico e auxiliar de laboratório	20.410
Guarda endemias/agent contr zoon/agent contr vetor	16.688
Outros - nível técnico e auxiliar	16.538

Fonte: AMS/IBGE, 2002

4. Participação das Mulheres

Em 2003, a maioria dos servidores civis que trabalhavam no setor público brasileiro, cerca de 57%, era composta por mulheres (tabela 11). No entanto, a distribuição das mulheres nas três esferas de governo apresenta uma ampla variação. No âmbito federal, o percentual de mulheres alcança somente 31,5%, enquanto no âmbito municipal eleva-se a 61,8%. Já na administração estadual, a participação das mulheres é aproximada à que se verifica nos municípios.

Portanto, há praticamente o dobro de mulheres trabalhando nos serviços públicos municipais do que na administração federal. Esta é uma diferença muito significativa que demonstra a existência de uma forte seletividade de gênero na administração federal, a qual, por sua vez, como veremos adiante, apresenta maiores exigências de qualificação educacional e oferece uma média mais alta de remuneração. Assim, o caso do setor público é apenas mais um que se soma à conhecida tendência a admitir uma proporção menor de mulheres em empregos que exigem mais alta qualificação educacional e são melhor remunerados.

Tabela 11 – Brasil, 2003: Participação Percentual das Mulheres no Total de Trabalhadores do Setor Público, por Esfera de Governo*

	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Mulheres	31,5	57,7	61,8	57,3

Fonte: RAIS/2003

* Inclui empresas públicas e de economia mista

Esses são gerais da RAIS e incluem a força de trabalho de empresas do setor público. De acordo com dados do Ministério do Planejamento, que excluem as empresas públicas e de economia mista, a participação das mulheres entre os servidores civis ativos do Poder Executivo Federal, em dezembro de 2004, alcançava um nível mais alto, ou seja, 43,9%. Ainda de acordo com esta fonte, a participação das mulheres na administração pública federal, em alguns órgãos ministeriais, assume os percentuais apresentados na tabela 12. Apenas os ministérios da Previdência, da Cultura e da Educação têm uma participação feminina realmente elevada, que se situa em torno a 50%. Dos ministérios mostrados, sete têm menos de 40% de sua força de trabalho composta por mulheres. Há casos extremos, como os ministérios da Agricultura e da Justiça, que exibem, respectivamente, uma participação de 24,2 e 19,3%. O Ministério da Saúde está em uma posição bem mais razoável e absorve 41,3% de mulheres.

Tabela 12 – Brasil, 2004: Participação Percentual das Mulheres no Total de Trabalhadores de Alguns Órgãos da Administração Federal

Órgão/Ministério	Part. Feminina
Presidência da República	34
Agricultura, Pecuária e do Abastecimento	24,2
Cidades	51,1
Ciência e Tecnologia	34,2
Comunicações	44
Cultura	48,1
Defesa	40,1
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	39,8
Educação	48,7
Fazenda	40,5
Justiça	19,3
Meio Ambiente	30,1
Minas e Energia	38,2
Previdência e Assistência Social	56,3
Relações Exteriores	39,3
Saúde	41,3
Trabalho e Emprego	46,3

Fonte: Ministério do Planejamento, Boletim Estatístico de Pessoal, N. 105, Janeiro, 2005

Dentro da hierarquia da burocracia pública, quanto mais diferenciada é a função, menor é a participação das mulheres. É o que mostra a Tabela 13, composta pelos tipos de DAS, que são cargos de confiança. No nível mais baixo de assessoria, que corresponde ao DAS-1, há 47,8% de mulheres. Já no nível mais elevado, o DAS-6, a participação das mulheres cai para 16,7%. O que importa, neste caso, é observar a tendência declinante da participação feminina entre os seis graus de DAS, e que se acentua ainda mais a partir do DAS-4.

Tabela 13 – Brasil, 2004: Participação Percentual das Mulheres em Funções de Assessoramento de Direção Superior (DAS) segundo Tipo

Nível	Sexo Feminino
DAS-1	47,8%
DAS-2	46,1%
DAS-3	44,5%
DAS-4	36,2%
DAS-5	22,3%
DAS-6	16,7%

Dados de países da OCDE (tabela 14) mostram que a participação das mulheres na força de trabalho do setor público é muito variável, inclusive no que se refere à relação entre a administração federal e o total do setor público. O maior nível de participação é encontrado na Hungria, com mais de 70%, e o menor na Coreia, em torno a 30%. Nesta lista de países, a participação feminina no total do setor público é sempre maior que no governo federal, situação que é também encontrada no Brasil.

**Tabela 14 - Países da OCDE, 1999:
Participação das Mulheres no Setor Público**

País	% Mulheres
Alemanha	
<i>Governo Federal</i>	21,4
<i>Total</i>	50,2
Hungria	
<i>Governo Federal</i>	77,9
<i>Total</i>	73,6
Coréia	
<i>Governo Federal</i>	29,8
<i>Total</i>	33,1
Holanda	
<i>Governo Federal</i>	31,3
<i>Total</i>	35,6
Nova Zelândia	
<i>Governo Federal</i>	41
<i>Total</i>	60
Estados Unidos	
<i>Governo Federal</i>	44,7
<i>Total</i>	56,1

Fonte: OCDE